

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E SUAS REVISTAS: UM PERCURSO DE ARQUIVO

Dantielli Assumpção Garcia (UNESP-IBILCE¹)

A RIHGB N° 400: UM TEXTO DOCUMENTAL

Neste trabalho (FAPESP, proc. n° 07/58250-1), embasado na Análise de Discurso em articulação com a História das Idéias Linguísticas, refletiremos sobre o modo como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*² (RIHGB) institucionaliza um saber sobre as línguas do Brasil.

A *RIHGB* foi fundada por Januário da Cunha Barbosa em 1839 e circula até os dias atuais. Aqui, especificamente, analisaremos a *RIHGB* n° 400. Esta, publicada em 1998 em comemoração aos 160 anos do IHGB, busca dar conta de uma periodicidade de 159 anos da *Revista do IHGB*. A *Revista* n° 400 é um índice dividido em assunto, título e autor. Na *Introdução* da Revista temos:

Decorridos tantos anos desde o número inicial e publicadas muitas centenas de títulos, julgamos oportuno o momento, na verdade inadiável, para inserir nesta longa série de contribuições culturais um número especial, de índices, abrangendo desde a primeira publicação, de abril de 1839, até a de n° 399 (abril-junho de 1998).

Consideramos a *Revista* n° 400 um texto documentador que sistematiza a documentação de obras (textos) sobre diversos temas produzidos ou coletados pelo IHGB. De acordo com Nunes (2008, p. 83), convém distinguir os textos a serem documentados (obras) dos textos documentadores (descrições, comentários, resumos, indexações, bibliografias, periodizações etc):

Uma obra passa a ser um “documento” na medida em que ela é historicizada, ou seja, na medida em que ela se torna objeto de um saber documental. O texto documental nomeia, data, seleciona objetos e traça percursos. Sua tipologia é variada e caracteriza-se pelo caráter metalinguístico. Por vezes ele se apresenta inserido em um texto teórico, outras vezes apresenta-se como texto de arquivo, com o objetivo reconhecido de documentação (NUNES, 2008, p. 83).

A *Revista* n° 400 se apresenta com o objetivo de documentação: “fazia falta, entretanto, um índice que cobrisse o conjunto da produção da Revista, atualizado até nossa época e dentro de moldes técnicos” (*Revista do IHGB* n° 400, Apresentação). Por meio do texto documental da *Revista* podemos notar como ela nomeia, data, seleciona arquivos e traça percursos de leitura.

Neste texto, apresentaremos uma análise da *Revista* n° 400, refletindo sobre a prática de documentação efetuada pelo IHGB, ou seja, mostraremos quais textos documentais, especificamente relativos às línguas, são reunidos e divulgados nesse texto documentador que se constitui a *Revista* n° 400 e como é traçado um percurso de arquivo ao trabalhar-se com a documentação linguística. Nunes (2006, p. 134) refletindo sobre o papel da *Revista do IHGB* na publicação de dicionários tupi, mostra que essa revista ocupou um lugar de destaque na difusão de dicionários bilingues. Conforme o autor (2006, p. 134):

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

² O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi fundado em 1838, no Rio de Janeiro, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). A meta do IHGB era recolher documentos sobre a história e a geografia do Brasil e a centralizar o debate a respeito dessas ciências do saber.

Localizamos no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a promoção de três atividades relacionadas com a produção de dicionários tupi-português: 1. um trabalho de formação e de leitura de arquivos. Os dicionários elaborados por jesuítas na Época Colonial, recolhidos em arquivos de instituições brasileiras e estrangeiras são retomados, lidos, compilados, modificados. 2. fomento a expedições científicas. O IHGB promoveu expedições naturalistas de que resultaram descrições lexicais aproveitadas em dicionários. 3. elaboração de uma história das línguas indígenas brasileiras e de um projeto lexicográfico compatível com essa história.

Segundo Nunes (2008, p. 81), ao tomar a documentação linguística como objeto discursivo é necessário a constituição de um dispositivo de análise que permita compreendê-la como tal. Nas palavras do autor (2008, p. 81):

um estudo discursivo produz, por meio de um dispositivo teórico e analítico, um distanciamento, considerando-se os gestos de interpretação que elas produzem. Desloca-se assim o olhar do documentalista e do leitor consulente em direção a uma perspectiva de análise da documentação e do arquivo.

Apresentaremos a seguir algumas noções teóricas para melhor compreender a prática documental da *Revista nº 400* e como essa prática produz sentidos. Os conceitos mobilizados são: *arquivo*, *percurso temático de/no arquivo*.

1 A PRÁTICA DOCUMENTAL DA RIHGB Nº 400: ALGUMAS NOÇÕES TEÓRICAS

Conforme Pêcheux (1993, p. 57), o arquivo é entendido, em sentido amplo, como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Pêcheux (1993) explicita que há duas tradições de trabalho de arquivo: (i) literária e (ii) científica. Salienta que tradicionalmente os literatos são os profissionais de leitura de arquivo e os cientistas são os fabricantes das novas tecnologias e sustentadores das leituras dos literatos. Para o autor, essa separação entre o literário e o científico revela uma divisão social do trabalho de leitura: “a alguns o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’ a outros a tarefa de preparar e sustentar as interpretações” (1993, p. 58).

De acordo com o autor (1993, p. 63), é a existência da linguística em relação com a discursividade que possibilita produzir um trabalho de leitura de arquivo: “É esta relação entre a língua como um sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”. São com as diferentes formas de ler, de trabalhar com o arquivo, que surgem as diferentes posições. Nas palavras de Pêcheux (1993, p.57):

em torno dos arquivos textuais, surgiram posições implícitas (de grupos, de escolas, e até de igrejinhas) que se acotovelam numa relação ambígua de concorrência, de alianças parciais e de antagonismos disfarçados. Os grandes debates memorialistas, filosóficos ou literários são os mais frequentemente estruturados através dos confrontos sobre temas, posições ou, às vezes sobre métodos de trabalho. Mas, mesmo neste último caso, a questão da leitura permaneceu quase sempre implícita: há, entretanto, fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina a clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo, contraditórias de ler o arquivo.

Para o autor (1993), seria interessante reconstruir a história dos diferentes gestos de leitura. “Assim começaria a se constituir um **espaço polêmico das maneiras de ler**, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma’” (Pêcheux, 1993, p. 57). Desse

modo pretendemos analisar a *Revista do IHGB* n° 400, mostrando a relação dos textos arquivados com a prática de documentação, de leitura dos arquivos das *Revistas do IHGB* e de constituição de uma memória nacional.

Orlandi (2006, p. 15) ao falar sobre o arquivo distingue dois tipos de memória: a memória discursiva e a memória institucionalizada. A memória discursiva é constituída pelo esquecimento, são todas as enunciações já ditas e silenciadas pelas condições de produção. Já a memória institucionalizada é o arquivo, estabilização dos sentidos. No arquivo, o dizer é documento, atestação dos sentidos, efeito de relações de forças, nele há um fechamento. Nas palavras da autora (2006, p.22), a memória de arquivo “representa o discurso documental, a memória institucionalizada que é aquela justamente que fica disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos. A ela temos acesso, basta para isso consultar os arquivos onde ela está representada”. Buscaremos aqui analisar que memória a *Revista do IHGB* constituiu, arquivou em seus textos sobre as línguas do Brasil, ou seja, mostraremos que ao documentar/arquivar dizeres sobre as línguas algumas questões são apagadas e outros sentidos surgem.

Nunes (2008, p. 91) salienta dois tipos de percursos ao se trabalhar com o arquivo: (i) percurso temático de arquivo e (ii) percurso temático no arquivo. O percurso temático no arquivo é aquele que se realiza em ou mais arquivos para a composição de um corpus de análise. Já o percurso temático do arquivo é aquele construído em um arquivo, frequentemente ligado a uma instituição:

O que se estuda nesse caso não é exatamente como um tema está no arquivo ou atravessa vários arquivos, mas sim como o arquivo se constitui por temas, como ele ordena, classifica e constrói por meio de práticas documentais um discurso da história. Busca-se explicitar, de fato, as bases linguístico-discursivas do funcionamento do arquivo em relação a ele mesmo.

Na análise da *Revista* n° 400, explicitaremos o funcionamento do arquivo em relação a ele mesmo, ou seja, salientaremos como o gesto de sistematizar, categorizar em um tema produz alguns sentidos.

Passemos então à análise da *Revista* n° 400.

2 REVISTA N° 400: A OPACIDADE DO DIZER

Nossos estudos das *Revistas do IHGB* focalizam-se no século XIX, isto é, nos interessa perceber qual foi a produção linguística da *Revista do IHGB* nesse século, uma vez que é nesse momento que a questão do nacional está sendo mais discutida, pensada. Para essa análise especificamente nos baseamos na parte do índice *Assunto*. Analisamos especificamente três temas dessa divisão: *Dicionário*, *Língua* e *Índios*. Nesses dois primeiros temas, temos contemplados os seguintes textos:

Dicionário

- Dicionário abreviado tupinambá-português: apêndice a Poranduba maranhense, 1891.
- Dicionário da língua geral do Brasil, 1891.
- Dicionário histórico e geográfico das campanhas do Estado Oriental do Uruguai e Paraguai, 1887.

Língua

- Vocabulário da língua bugre, 1852.
- Explicação conveniente acerca do trabalho de Pablo Restivo sobre a língua guarani, 1895.
- A língua geral do Amazonas e o guarani, 1888.
- Um manuscrito guarani, 1880.
- Palavras guaranis, 1897.
- Partículas de la lengua guarani, 1895.
- Questões propostas sobre alguns vocábulos da língua geral brasileira, 1882.
- Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1852.
- Coleção de etimologias brasílicas, 1846.
- Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil, 1841.
- A grammar and vocabulary of the tupi language, 1880.

- Vocabulário da língua geral usada hoje no alto do Amazonas, 1854.

Nessa divisão, podemos notar que as línguas documentadas são: *tupinambá, língua geral do Brasil, língua geral do Amazonas, língua geral brasileira, língua brasílica, língua tupi, língua geral usada no alto do Amazonas, língua guarani e língua bugre*. Ademais temos uma obra em língua portuguesa que é regionalista (*Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*). Há somente uma língua (bugre) que não pertence ao tronco tupi-guarani³, as demais línguas fazem parte desse tronco. Essa divisão constitui um imaginário de que as línguas que tem estatuto de língua são as do tronco tupi-guarani, além de apagar o multilinguismo existente no Brasil.

Guimarães⁴, refletindo sobre o multilinguismo e o funcionamento das línguas no Brasil, mostra que a característica multilingue dos espaços de enunciação⁵ é significada “politicamente pela tensão histórica entre um imaginário de uma unidade e de uma divisão das línguas e de seus falantes. Este imaginário de unidade é parte da construção das identidades modernas”. Na *RIHGB* n° 400, temos esse jogo entre um imaginário de unidade e uma divisão real das línguas e dos falantes.

A maioria das línguas documentadas são línguas gerais. As línguas gerais, como mostra Rodrigues (1993, p. 96), não se desenvolveram nem como pidgin nem como crioulas, mas “são continuações de línguas indígenas que passaram a ser faladas pelos mestiços de homens europeus e mulheres índias”. O autor (1993, p. 97) salienta duas delas que tiveram maior vitalidade, importância e grande difusão histórica: a língua geral paulista e a língua geral amazônica.

Em relação ao tupinambá ou tupi (antigo), podemos dizer que foi a língua falada por um grande contingente de indígenas de diferentes culturas, habitantes da costa brasileira, sendo referida por viajantes e missionários como língua dos índios, língua brasílica, língua da terra, língua do Brasil. Foi a língua predominante nos dois primeiros séculos de colonização sendo falada não só por índios, mas também por portugueses e seus descendentes, negros, colonos em geral, tornando-se língua geral de uma extensão territorial que abrangia de São Paulo ao Maranhão⁶.

Vejamos o tema *Índios* (fizemos um recorte para essa análise):

Índios Bororo – Glossários, Vocabulários, etc.

- Vocabulário da língua dos Bororos-Coroados do Estado de Mato-Grosso.

Índios Caingangue – Glossários, Vocabulários, etc.

- Vocabulário do dialeto Caingang.

Índios Puri – Glossários, Vocabulários, etc.

- Vocabulário Puri.

Nessa tematização, temos alguns glossários e vocabulários contemplados. Estes não estão presentes na tematização *Língua e Dicionário*. Qual seria o critério de tematização? Essas outras línguas não teriam o estatuto de língua? Apaga-se, como já ressaltamos, as línguas pertencentes ao tronco Macro-Gê. A divisão em temas é feita pela nomeação do grupo indígena (índios *bororo, caingangue, puri*) e não por sua língua. Esse gesto de documentação apaga as outras línguas e o imaginário de unidade e de representatividade da língua tupi é explicitado. Ademais, podemos perceber uma flutuação nas nomeações: ora o vocabulário é de língua, ora de dialeto, ora é somente pelo nome do grupo indígena.

Além disso, por essa tematização, podemos dizer que há uma separação do sujeito leitor. O índice divide a sociedade, os sujeitos. Na tematização *Língua e Dicionário*, teríamos textos direcionados a linguistas, a estudiosos das ciências da linguagem. Já na tematização *Índios*, ao sujeito antropólogo.

³ Pertencente ao Tronco Macro-Gê.

⁴ Em www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=212 (Acesso em 20 de janeiro de 2009).

⁵ “Espaço de enunciação é o modo de distribuir as línguas em relação. E esse modo de distribuição é elemento decisivo do funcionamento de todas as línguas relacionadas. Esta distribuição das línguas para seus falantes é sempre desigual. O espaço de enunciação é assim político” (Guimarães, 2005, Apresentação, p. 1).

⁶ Em www.labeurb.unicamp.br/elb.

Na análise desses temas, podemos perceber a não-completude ao categorizar-se, as falhas, os equívocos que um gesto de documentação produz no real e no imaginário da linguagem. Apagam-se alguns sentidos para tornar transparentes outros. Nas palavras de Sánchez (2003, p. 118-119), a Revista do IHGB: “Mais do que um acervo de documentos ou um boletim das atividades do Instituto, ela funcionou durante toda a sua existência, notadamente, no século XIX, como um poderoso instrumento a serviço do IHGB”.

Nessa nossa análise, buscamos mostrar como um gesto de documentação produz sentidos. Como que por meio de uma tematização sentidos vão surgindo e outros vão se opacizando em dizeres que surgem como oficiais e nacionais na memória do sujeito brasileiro. Como ressalta Guimarães (1998, p.5), o IHGB desempenha “um papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela proporá na discussão da questão nacional” (Guimarães, 1988, p. 5), um lugar para isso é sua *Revista*.

A *Revista* nº 400, como um texto documental, estabiliza sentidos e vai construindo um discurso da história em que podemos ver como as línguas do tronco tupi-guarani, em uma relação de força, se sobrepõem às línguas do tronco Macro-Gê. Por esse trabalho de arquivo não é permitido ao sujeito esquecer saberes que são constituídos e divulgados para as línguas do Brasil, afinal, o arquivo está guardado, preservado no interior da instituição chamada Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

REFERÊNCIAS

- GUIMARÃES, E. Apresentação: Brasil: país multilíngue. *Ciência e Cultura*, v. 57, (n.)02, p. 29-30, abril/jul, 2005.
- _____; ORLANDI, E.P. (org). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, M.L.S. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.
- NUNES J. H. *O discurso documental na história das idéias lingüísticas e o caso dos dicionários*. Alfa, São Paulo, 52(1): 81-100, 2008.
- _____. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, São Paulo, São José do Rio Preto: Pontes, Fapesp, Faperp, 2006.
- ORLANDI, E.P. Análise de Discurso. In: RODRIGUES-LAGAZZI, S.; ORLANDI, E.P. (org). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- RODRIGUES, A.D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.*, vol. 9, n.1, 83-103, 1993.
- SÁNCHEZ, E.C.T. *Revista do IHGB: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação de mestrado na Universidade Estadual de Campinas, IEL, 2003, 221p.